

Nota de imprensa

Aprovado novo regime de apoios ao Sistema de Ação Social nos Açores

A Coligação PSD/CDS/PPM fez aprovar, nesta terça-feira, o Regime Jurídico de Apoios ao Sistema de Ação Social na Região Autónoma dos Açores, visando legitimar a concessão de apoios financeiros a pessoas singulares e coletivas, sejam elas com ou sem fins lucrativos, na medida em que prossigam objetivos de interesse público no domínio da ação social.

De acordo com a Deputada Catarina Cabeceiras do CDS-PP, que discursava em sessão plenária da Assembleia Legislativa Regional, este diploma visa melhorar a resposta às famílias em valências como Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, apoio domiciliário ou creches.

Sendo uma realidade que todos reconhecemos a insuficiência quer da oferta pública, quer do setor particular e social face à procura de tais valências, o Governo Regional atua bem ao “acionar e regulamentar” com vista a impulsionar o desenvolvimento do setor.

Segundo a deputada do CDS-PP, trata-se de “convocar toda a capacidade instalada, de forma a otimizar os nossos recursos disponíveis”, numa lógica de “complementaridade entre o setor público, o setor social e o setor privado”, complementaridade essa que, recorda, “foi sempre defendida pelo CDS-PP”.

De facto, “o Código de Ação Social dos Açores já prevê a participação do setor privado”, pelo que o regime agora aprovado tem enquadramento na legislação atualmente em vigor e constitui “um passo essencial da estratégia que o Governo Regional da Coligação PSD/CDS/PPM tem seguido na anterior legislatura e na atual” no serviço às famílias.

Catarina Cabeceiras fez especial referência à União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores (URIPSSA) e à União Regional das Misericórdias dos Açores (URMA), que reconhece serem “parceiros fundamentais” cujas posições cumpre respeitar nesta matéria.

“Temos de nos centrar naquilo que é realmente importante, que é a melhor resposta às nossas famílias”, frisou Catarina Cabeceiras.

Se admitimos que “precisamos de um maior número de vagas”, é fundamental que exista abertura a uma solução de otimização dos recursos disponíveis, mesmo que tal implique uma reforma no funcionamento do setor que reconheça uma maior relevância da iniciativa privada.

Horta, 14 de janeiro de 2025